



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8330 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

A GESTÃO EDUCACIONAL MUNICIPAL: DIÁLOGOS TÉCNICOS E POLÍTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Romenia Barbosa de Carvalho - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Robson de Cássio Santos Dourado - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Antonio Amorim - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: NÃO

A GESTÃO EDUCACIONAL MUNICIPAL:

DIÁLOGOS TÉCNICOS E POLÍTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RESUMO

O presente estudo analisa as ações da educação de jovens e adultos realizadas pelas secretarias municipais de educação, de dezesseis municípios do Oeste da Bahia. Teve como objetivo refletir sobre a gestão educacional municipal da EJA, observando as políticas públicas voltadas para esta modalidade de ensino. É uma investigação de abordagem qualitativa, tendo como estratégia a pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semiestruturadas a dezesseis participantes. Os resultados obtidos apontam que a maioria das secretarias possui um planejamento de formação continuada para a EJA. No entanto necessita da implementação de políticas públicas para melhoria da qualidade do trabalho na modalidade, para além, é preciso formar um profissional que tenha habilidades para trabalhar com jovem e o adulto.

Palavras chaves: EJA. Gestão Educacional Municipal. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A gestão educacional municipal é uma ação reflexiva, organizadora e articuladora da política local em consonância com a esfera federal e estadual, ambos devem trabalhar em regime de colaboração para melhorar o atendimento da EJA nos municípios no que tange as políticas de reparação, equidade e qualificadora.

Ao traçar diretrizes da gestão municipal na educação de jovens e adultos, entende-se que o trabalho interno das secretarias municipais de educação deve promover uma educação

de qualidade para a modalidade, a partir dos indicativos organizacionais de um planejamento da gestão educacional na definição do conjunto de prioridades: organização sistêmica que auxilie as escolas nos trabalhos pedagógicos e administrativos, tendo como suporte documentos como plano Municipal de Educação, Diretrizes Curriculares para educação de jovens e adultos, a Lei de Diretrizes e Bases entre outros.

Dessa maneira, o presente estudo investiga o trabalho da gestão educacional municipal na modalidade da EJA no interior das secretarias municipais de educação, problematizando a seguinte questão: qual a contribuição da gestão educacional na modalidade da EJA em relação ao trabalho técnico e político no sistema educacional dos municípios? Essa indagação foi sendo evidenciada por meio da análise de respostas dos sujeitos entrevistados, sendo dezesseis técnicos da educação municipal que trabalham internamente com a modalidade da EJA, por indicação do prefeito em exercício.

A investigação teve como objetivos: refletir acerca das políticas públicas de municipalização e descentralização nos municípios; conhecer o trabalho técnico e político que norteia a gestão educacional municipal na EJA nas secretarias de educação; verificar a contribuição da gestão educacional municipal para melhoria da qualidade do ensino na EJA.

O estudo está organizado da seguinte maneira: introdução que esboça em linhas gerais a temática, a problemática e objetivos propostos. Posteriormente retrata o percurso metodológico utilizado para contemplar o estudo. Logo após, é apresentada a estrutura teórica: diálogos da gestão educacional municipal: da composição do sistema educacional para EJA, assim, discutiu-se como se dá a organização política interna nas secretarias de educação acerca da EJA. Além, foram feitas análises dos resultados, diálogos políticos e técnicos na educação de jovens e adultos nos municípios; e percepções sobre a gestão educacional municipal para a gestão escolar na educação de jovens e adultos; e as políticas sociais para melhoria da educação de jovens e adultos. Ademais, são apresentadas as considerações da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Quanto ao aporte técnico, a pesquisa foi de abordagem qualitativa e buscou entender a diversidade de ideias dos participantes a partir da visão técnica nas secretarias municipais de educação para uma análise maior da EJA nos Municípios. Nesse sentido, colaboraram com essa abordagem Ludke e André (2015), tais autores afirmam que a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada via de regra pelo trabalho intensivo de campo.

O caminho percorrido nesse estudo em torno da gestão educacional municipal teve como delineamento a pesquisa de campo, na qual foram ouvidos 16 (dezesseis) gestores que trabalham em secretarias municipais de educação com a modalidade da EJA. O estudo de campo caracteriza segundo Gil (2008, p. 57):

Os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.

O autor enfatiza a flexibilização da pesquisa de campo a partir das características gerais da coleta de informações e problemática proposta, podendo ser reformulado o problema de acordo os resultados obtidos no campo, trata-se de um espaço que possibilita contato direto

do pesquisador com o objeto a ser pesquisado.

Para assegurar a coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada com dezesseis técnicos das Secretarias Municipais de Educação dos Municípios que trabalham na gestão com a modalidade da EJA. Segundo Ludke e André (2015) tal artifício promove uma vantagem relativo a outras técnicas, pois permite uma visão imediata e sistemática das informações desejadas.

3 DIÁLOGOS DA GESTÃO EDUCACIONAL MUNICIPAL: DA COMPOSIÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL PARA EJA

A Gestão Educacional Municipal constitui uma dimensão ampla do trabalho educativo, esta objetiva promover a organização, mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos nos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento. As dimensões de implementação são aquelas desempenhadas com a finalidade de promover diretamente as mudanças e transformações no contexto escolar.

O planejamento da educação municipal é uma ação reflexiva que deve ser norteada pelo funcionamento do sistema educacional em colaboração com a esfera Estadual e Federal na efetiva participação dos sujeitos que a compõe, promovendo, assim, a democracia, garantindo a universalização do ensino no acesso e permanência do aluno na idade escolar, com vistas a uma gestão baseada na qualidade social. No funcionamento da educação municipal a organização do sistema educacional deve ser fundamentada conforme explicita Agesta (1986 p.127)

Entende-se por sistema o conjunto de coisas que ordenadamente entrelaçadas contribuem para um determinado fim; trata-se, portanto, de um todo coerente cujos diferentes elementos são interdependentes e constituem uma unidade completa.

O sistema é caracterizado a partir dos conjuntos de elementos, partes estruturadas em relação ao todo que possui certo grau de harmonia e autonomia voltado para uma finalidade. Para melhorar o sistema de ensino, Bordignon (2005, p.25 a 26) ressalta a necessidade de observação aos princípios fundantes do sistema.

Os princípios na constituição do sistema expressam uma organização global do seu funcionamento a partir de um planejamento direcionado dos seus sujeitos. No desenvolvimento de um sistema é fundante um planejamento colaborativo com todos os envolvidos no sistema educacional, reconhecendo a organização e normatização como elementos essenciais para elevar a qualidade da educação.

Assim, como fundamentos para o funcionamento do sistema educacional a LDB (9394-96) estabelece como base da organização da educação nacional, conforme: os sistemas de ensino tem liberdade de organização, respeitadas as normas federais; os municípios que não desejarem instituir sistema próprio podem optar por integrar-se ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica; os sistemas de ensino, se articulam pelo regime de colaboração, não havendo entre eles relações de subordinação.

A ação do sistema educacional ocorre a partir do processo de autonomia das unidades federadas e da intercomplementaridade pelo regime de colaboração, uma vez instituído formalmente, passa a atuar sem subordinação no exercício das funções do Estado. Dessa

maneira, torna-se importante a criação do sistema educacional nos limites da autonomia, subentendendo que eles devem ser organizados, formalizados por ato normativo próprio. Corroborando com Bordignon (2005, p. 36)

O sistema Municipal formaliza, organiza e dá coerência às especificidades do projeto de educação do município, articula suas partes num todo orgânico e contextualiza o local no nacional. A construção do Sistema Municipal de Educação constituirá processo de diálogo entre pessoas e instituições, fundado em estudos e reflexões sobre a concepção de educação e responsabilidades prioritárias do Município.

O processo de institucionalização do sistema passa ser instituinte, especialmente na forma de valores e desenvolvimento da cidadania a serem legitimados e formalizados por meio de ações sociais mais permanentes no trabalho da autogestão que beneficia de maneira concreta o poder local.

A efetivação de um sistema educacional na Secretaria Municipal de Educação deve estabelecer ações que favoreçam o processo da gestão democrática na educação no gerenciamento das ações locais, possibilitando o exercício ativo da cidadania no controle social.

A partir dessa compreensão do sistema enquanto organização da educação municipal, faz-se necessário analisar os caminhos das políticas públicas na EJA sob ótica que se constitui numa parte do todo de um Município. A realidade da EJA local leva-nos a refletir que é preciso reinventar atitudes corajosas de mudanças e formas possíveis de garantir o direito nesta modalidade a nível municipal. Nesse sentido, Haddad (2007), interpõe que a EJA não foi inventada para fugir do sistema público, mas porque neste não cabiam as trajetórias humanas dos jovens e adultos populares.

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nessa pesquisa buscou-se investigar o trabalho dos técnicos na EJA em secretarias municipais de educação em torno das políticas públicas que nortearam esta modalidade, a partir do aporte teórico e prático nos sistemas educacionais, delineando uma visão dos sujeitos envolvidos.

Foi indagado aos dezesseis técnicos das secretarias de educação sobre quais os principais problemas da EJA nos Municípios. Nesse sentido, 60 % dos técnicos afirmaram que o maior problema da EJA é evasão; já 30 % dos entrevistados afirmaram que é a falta de formação continuada para professores da EJA; e 10 % indicam a ausência do gestor escolar no turno noturno.

Nesse mapeamento de ideais dos técnicos de secretarias de educação, verificou-se que a evasão escolar ainda é um fator problematizador da educação de jovens e adultos, os Municípios se consideram impotentes diante desta situação. De acordo com Bourdieu (1989 p. 33).

Para romper com passividade empirista que não faz se não ratificar as pré-construções do senso comum, não se trata de propor grandes construções teóricas vazias, mas sim de abordar um caso empírico com a intenção de construir um modelo que não tem necessidade de se revestir de forma matemática ou formalizada para ser rigoroso de lidar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisa que por questões sistemáticas.

Observou-se que a evasão escolar é um complexo constructo social que necessita de um movimento de sensibilização na escola para trabalhar a identidade institucional do aluno

da EJA, enfatizando o espaço escolar como um lugar prazeroso.

Ao questionar os dezesseis técnicos a respeito da proposta de formação continuada para profissionais da EJA constatou-se que 60% dos técnicos das secretarias de educação possui na organização interna do trabalho um plano elaborado de formação continuada para os professores que atuam na educação de jovens e adultos, em contrapartida, 40% não tem proposta de formação continuada para os profissionais que atuam na EJA.

Durante os relatos percebeu-se que existe uma preocupação efetiva com a formação continuada dos docentes. Os entrevistados enfatizaram a importância do planejamento na formação continuada, ao mesmo tempo apresentaram fragilidades em relação à sua efetivação, como também alegaram a falta de profissionais para a realização das formações continuadas. A formação continuada é uma ação importante para a melhoria da educação de jovens e adultos, embora o estudo constatou que na maioria dos municípios, não tem ocorrido de maneira emancipatória. Destaca-se que a partir dos ideais de Freire (2008, p. 22)

O formador é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que ele é o sujeito que me forma eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos – conteúdos- acumulados pelo sujeito que sabe e que são numa visão de formação continuada reflexiva que valorize os sujeitos nas suas especificidades.

O objetivo de uma boa formação é possibilitar que o professor possa se aproximar do jovem e adulto de maneira mais efetiva e amorosa, para que seja capaz de conduzir o desenvolvimento e autoconhecimento respeitando suas características pessoais.

Foi arguido aos técnicos das secretarias de educação a respeito dos documentos formativos que norteiam o trabalho na educação de jovens e adultos dos municípios, assim, constatou-se mediante análise do questionário que a grande maioria dos municípios possui uma organização documental interna em seus arquivos, porém o seu uso ainda não acontece com frequência, pelo fato dessa política de análise e efetivação dos documentos não fazer parte de uma rotina do trabalho da gestão educacional municipal. Os técnicos alegam que a EJA nas secretarias de educação não tem uma equipe maior para organizar o trabalho junto as escolas, e em consequência disso, existe a documentação, mas pouco é utilizada.

Em consequência da falta de uma gestão educacional formativa e atuante, observou-se durante o estudo que dos dezesseis municípios pesquisados, 87% possui na sua organização interna os documentos que dão suporte ao trabalho com a educação de jovens e adultos, como: planos municipais de educação, diretrizes curriculares e lei de diretrizes e base da educação, porém a grande maioria dos municípios têm encontrado grandes dificuldades para a efetivação de políticas públicas nesses documentos.

Constatou-se durante a pesquisa que enquanto organização formativa apenas 13% dos municípios possui uma proposta pedagógica para EJA. A ausência da elaboração de uma proposta pedagógica para EJA nos municípios tem problematizado as ações pedagógicas das escolas, como também a falta de um direcionamento no trabalho administrativo na EJA.

Os técnicos das secretarias de educação argumentaram sobre anseios e fragilidades em relação ao trabalho dos gestores na EJA tais como: ausência no acompanhamento da educação de jovens e adultos, a falta de consciência em relação às especificidades do ensino noturno; a compreensão por parte de alguns é que existem escolas separadas, diurno e noturno. Essas atitudes da gestão escolar são extremamente conservadoras, preocupam-se com atividades administrativas no diurno e esquecem que a escola noturna faz parte de um todo que precisa ser vivenciada pela gestão.

O distanciamento do trabalho do gestor na EJA tem desencadeado diversos problemas, como a falta do compromisso político e pedagógico nas salas de aulas, falta de autonomia e organização interna no ambiente escolar e aumento da indisciplina. Desta forma, segundo Amorim (2012) o diretor está preocupado com a realização das tarefas e das operações administrativas da escola, aquelas que são observáveis tangíveis e que podem ser medidas no cotidiano de suas realizações. A questão pedagógica da escola é colocada em segundo plano, dando lugar à efetivação da divisão de tarefas e de consolidação de atividades que cuidam mais da aparência do que da essência da vida educacional. A ausência de uma gestão escolar atuante tem dificultado a melhoria e qualidade do trabalho na educação de jovens e adultos, vale ressaltar que é preciso investir na formação continuada dos gestores educacionais na perspectiva de uma educação para a inovação e transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão educacional na EJA apresenta-se nas secretarias municipais de educação conforme resultados do estudo como as partes de um todo complexo, no que diz respeito às políticas internas no gerenciamento das atividades de melhoria para essa modalidade. O distanciamento entre os olhares técnicos e políticos são fatores preponderantes nas ações dos sistemas educacionais. As marcas de uma educação de jovens e adultos constituída de fragilidades por meio das políticas públicas nas esferas Federal, Estadual estão presentes também a nível municipal.

O estudo evidenciou como problema crônico nos sistemas de educação na modalidade da EJA, a evasão escolar, e como consequência disso, a impotência de políticas públicas para sanar essa. A esfera governamental se preocupa com a função reparadora e não garante a terminalidade com qualidade para os sujeitos que estão na EJA.

Tal fato nos aguça a pensar nas subjetividades que percorrem os caminhos dos sujeitos da EJA que abandonam a escola, e que as causas do abandono não estão explícitas em documentos e nem em dados estatísticos, mas estão escritas nos “eus” diversos daqueles que tiveram abortado o seu direito de estudar.

Outro ponto de destaque foi na organização interna da gestão educacional municipal em secretarias, possui documentos macros como plano municipal de educação, diretrizes curriculares para EJA, lei de diretrizes e base para educação, entre outros, porém esses documentos pouco são usados. Por fim, ressignificar o trabalho técnico em secretarias de educação com a modalidade da EJA é articular o político e técnico numa compreensão de que a educação de jovens e adultos necessita de ações que contemplem o diálogo e a humanização, a partir da organização sistêmica das partes para o todo.

REFERÊNCIAS

AGESTA, Luiz S. Sistema Político. In; SILVA, Benedito (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

AMORIM, Antonio; MUTIM, Avelar L. B. **Democratização, gestão escolar e trabalho docente na educação básica**. Salvador: EDUNEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. (9394/96) Brasília, 1996.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município: sistema, Conselho e plano.** São Paulo: Editora do Instituto Paulo Freire, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio. A ação de governos locais na educação de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 2015.